LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXII · Direito de propriedade

> **XXII** - é garantido o direito de propriedade;

XXII · Direito de propriedade

COMO A VUNESP COBROU

VUNESP 2018 · Engenheiro · Pref. SP — Leia o texto, para responder à questão. O texto constitucional de 1988 ampliou liberdades, direitos e garantias individuais, e consagrou as relações econômicas, políticas e sociais. Foi a partir dele que analfabetos e jovens de 16 a 17 anos tiveram direito ao voto. Além disso, a Carta reduziu a jornada semanal de trabalho de 48 para 44 horas e garantiu benefícios como seguro-desemprego e férias remuneradas. Para assegurar que a sociedade tivesse direitos e garantias do Estado, a Constituição de 1988 privilegiou os princípios fundamentais, os direitos e deveres individuais e coletivos e os direitos sociais, ressaltando cada um dos itens logo nos primeiros capítulos. (Planalto Release, 2018. Adaptado) Assinale a alternativa que se refere aos direitos e garantias fundamentais, conforme expresso na Constituição Federal.

D) É garantido o direito de propriedade, exceção feita em casos de interesse particular ou mesmo público e social sobre a terra. ✗ ERRADA

Na lei: O inciso XXII diz apenas "é garantido o direito de propriedade".

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXIII · Função social da propriedade

> **XXIII** - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIII · Função social da propriedade

COMO A VUNESP COBROU

VUNESP 2025 · Diretor de Escola · SEDUC SP — A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 5o, estabelece princípios referentes aos direitos e deveres individuais e coletivos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um princípio previsto no referido artigo.

E) É garantido o direito de propriedade e resguardado seu uso privado, independentemente de sua função social. ✗ ERRADA

Na lei: "A propriedade atenderá a sua função social".

VUNESP 2020 · Analista Legislativo · CM Mogi Mirim — A Constituição Federal, ao garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade, estabelece que

A) é garantido o direito de propriedade, ainda que não atendida a sua função social. ✗ ERRADA

Na lei: "A propriedade atenderá a sua função social."

VUNESP 2019 · Delegação de Notas e Registro · TJAL — Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

D) é garantido o seu exercício, devendo a propriedade atender a sua função social. ✓ CERTA

Por que está certa: Incisos XXII e XXIII: é garantido o direito de propriedade, que atenderá a sua função social.

VUNESP 2019 · Analista de Gestão Pública · Pref. GRU — Segundo a disciplina prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 acerca da propriedade, assinale a alternativa correta.

D) É garantido o direito de propriedade, estabelecendo a Constituição que ela atenderá a sua função social. ✓ CERTA

Por que está certa: Incisos XXII e XXIII: é garantido o direito de propriedade, que atenderá a sua função social.

VUNESP 2018 · Secretário · Pref. Serrana — Em matéria de direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1988 prevê que

C) é garantido o direito de propriedade, que deverá atender à sua função individual e particular. ✗ ERRADA

Na lei: A propriedade atenderá a sua "função social".

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXIV · Desapropriação

> **XXIV** - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXIV · Desapropriação

VUNESP 2020 · Analista Legislativo · CM Mogi Mirim — A Constituição Federal, ao garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade, estabelece que

B) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública opera-se mediante justa e prévia indenização, a qual está dispensada no caso de desapropriação por interesse social. ✗ ERRADA

Na lei: A "justa e prévia indenização em dinheiro" vale também para o interesse social, ressalvados os casos previstos na Constituição.

VUNESP 2019 · Procurador Legislativo · CM Tatuí — Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, listados no art. 5º da Constituição Federal, está previsto que

B) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade, interesse ou utilidade pública, mediante indenização em dinheiro ou títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição. ✗ ERRADA

Na lei: "Mediante justa e prévia indenização em dinheiro".

C) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição. ✓ CERTA

Por que está certa: Reprodução literal do inciso XXIV.

VUNESP 2019 · Delegação de Notas e Registro · TJAL — Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

C) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social depende da promessa de indenização ulterior. ✗ ERRADA

Na lei: "Mediante justa e prévia indenização em dinheiro".

XXIV · Desapropriação

VUNESP 2019 · Analista de Gestão Pública · Pref. GRU — Segundo a disciplina prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 acerca da propriedade, assinale a alternativa correta.

A) A propriedade é direito absoluto, não havendo a previsão da possibilidade de desapropriação. ✗ ERRADA

Na lei: "A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social".

VUNESP 2018 · Especialista em Gestão · Pref. Bauru — Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

E) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em títulos públicos com prazo de carência de resgate máximo de 5 (cinco) anos. ✗ ERRADA

Na lei: "Mediante justa e prévia indenização em dinheiro".

VUNESP 2018 · Delegado de Polícia · PC SP — Ao dispor sobre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1988 dispõe que

C) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição. ✗ ERRADA

Na lei: A regra é "justa e prévia indenização em dinheiro".

VUNESP 2018 · Assistente · CM Nova Odessa — Dentre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1988 prevê que a lei

C) estabelecerá o procedimento para desapropriação por utilidade pública, mediante indenização em títulos públicos. ✗ ERRADA

Na lei: A indenização é "justa e prévia" e "em dinheiro".

XXIV · Desapropriação

VUNESP 2017 · Assistente Administrativo · UNESP — Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante

A) títulos da dívida pública. ✗ ERRADA

Na lei: A regra é "justa e prévia indenização em dinheiro".

B) justa e prévia indenização em dinheiro. ✓ CERTA

Por que está certa: Inciso XXIV: "justa e prévia indenização em dinheiro".

C) títulos da dívida agrária. ✗ ERRADA

Na lei: A regra é "justa e prévia indenização em dinheiro".

D) precatórios judiciais. ✗ ERRADA

Na lei: A regra é "justa e prévia indenização em dinheiro".

E) ordens de pagamento do Tesouro. ✗ ERRADA

Na lei: A regra é "justa e prévia indenização em dinheiro".

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXV · Requisição administrativa

> **XXV** - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXV · Requisição administrativa

VUNESP 2026 · Guarda Civil Metropolitano · Pref. SP — A defesa civil da cidade foi alertada, pelo setor de meteorologia, que há grande probabilidade de três bairros serem atingidos por um evento climático extremo, que tem a potencialidade de gerar uma chuva de 200 mm em uma hora. Embora a zeladoria do local funcione adequadamente e a área não tenha histórico de alagamentos, os especialistas alertam que o volume atípico de chuvas pode gerar alagamentos e colocar a vida das pessoas em risco. Além do envio de alerta para os telefones dos indivíduos que estejam na região, estão sendo consideradas algumas medidas que poderão ser tomadas, caso necessário. Com base no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, os guardas municipais deslocados para trabalhar na operação podem

B) desapropriar veículos aquáticos para uso imediato na realização dos resgates, mediante indenização posterior, justa e em dinheiro. ✗ ERRADA

Na lei: No iminente perigo público a autoridade pode "usar de propriedade particular", não desapropriar; indenização ulterior só se houver dano.

C) requisitar o uso de veículos ou bens de natureza particular, para lidar com a situação de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. ✓ CERTA

Por que está certa: Inciso XXV: no iminente perigo público a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, com indenização ulterior se houver dano.

D) utilizar estritamente os espaços e bens de propriedade do Estado para lidar com o problema, pois a situação de iminente perigo público não autoriza o poder público a utilizar ou desapropriar bens de propriedade particular, sem prévia indenização ou concordância do titular do direito. ✗ ERRADA

Na lei: A lei autoriza: "a autoridade competente poderá usar de propriedade particular".

E) utilizar imóveis particulares desocupados para realizar os primeiros socorros dos afetados, assegurada posterior indenização, independentemente da existência de dano. ✗ ERRADA

Na lei: A indenização ulterior é assegurada apenas "se houver dano".

XXV · Requisição administrativa

VUNESP 2026 · Auxiliar Operacional · UNESP — Suponha que na data de hoje choveu mais de 250 (duzentos e cinquenta) milímetros no Município de Botucatu, o que ocasionou o transbordamento do Rio Pardo e o desabamento de várias casas localizadas no entorno do curso de água. Em face do iminente perigo público, Olinto, prefeito do referido município, decidiu que precisará usar a casa de Graça, que se localiza nas imediações onde estão os desabrigados, para distribuir mantimentos e realizar os primeiros socorros das vítimas. Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) Para usar a propriedade particular de Graça, Olinto deverá, previamente, obter autorização da Câmara Municipal. ✗ ERRADA

Na lei: A "autoridade competente poderá usar de propriedade particular", sem autorização legislativa.

B) A propriedade particular de Graça só poderá ser utilizada se não tiver nenhuma escola na região atendida. ✗ ERRADA

Na lei: A única condição é o "iminente perigo público".

C) A utilização da propriedade particular de Graça depende do prévio pagamento de indenização e de concordância do Presidente da Câmara Municipal. ✗ ERRADA

Na lei: A indenização é "ulterior, se houver dano", e não há concordância de terceiros.

D) Como o ordenamento jurídico brasileiro garante o direito de propriedade, não se admite que a casa de Graça seja utilizada, ainda que se verifique situação de iminente perigo público. ✗ ERRADA

Na lei: No iminente perigo público "a autoridade competente poderá usar de propriedade particular".

E) A autoridade competente poderá usar a propriedade particular de Graça, sendo-lhe assegurada indenização posterior, se houver dano. ✓ CERTA

Por que está certa: Inciso XXV: a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada indenização ulterior, se houver dano.

XXV · Requisição administrativa

VUNESP 2025 · Agente de Suporte à Regulação · ARSESP — Considere que, no mês de novembro de 2025, fortes chuvas, provocadas pela influência do fenômeno meteorológico La Niña, aumentaram significativamente o fluxo nas estruturas utilizadas para a prestação do serviço de saneamento básico, ocasionando uma série de rompimentos em tubulações, reservatórios, transbordos, entre outros. Para a execução das obras emergenciais e o enfrentamento do iminente perigo público, a autoridade pública competente necessita utilizar, de forma temporária, propriedades particulares. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que a utilização da propriedade particular é

A) permitida, assegurada a indenização ulterior, se houver dano. ✓ CERTA

Por que está certa: Inciso XXV: uso de propriedade particular no iminente perigo público, com indenização ulterior se houver dano.

B) autorizada, sem a necessidade de pagamento de indenização, por prevalecer, nesse tema, o interesse coletivo frente ao interesse particular. ✗ ERRADA

Na lei: É "assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

C) permitida, desde que autorizada previamente por decisão judicial. ✗ ERRADA

Na lei: Quem usa é "a autoridade competente", sem necessidade de decisão judicial.

D) autorizada, desde que o poder público proponha ação de desapropriação e realize o pagamento da indenização, em títulos da dívida pública. ✗ ERRADA

Na lei: Trata-se de uso, não desapropriação; indenização "ulterior, se houver dano".

E) vedada, se salvo realizada previamente a desapropriação do bem, com o pagamento de indenização prévia e em dinheiro. ✗ ERRADA

Na lei: "A autoridade competente poderá usar de propriedade particular".

XXV · Requisição administrativa

VUNESP 2023 · Escrevente Técnico Judiciário · TJSP PROVA TJSP — Autoridade municipal, no período noturno, pretendia fazer uso temporário de propriedade particular pertencente a Joaquim, diante de uma situação real de iminente perigo público, mas Joaquim recusou, sustentando a inviolabilidade de domicílio, muito embora domiciliado em outro imóvel. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta à luz da previsão da Constituição Federal de 1988.

A) Agiu corretamente a autoridade municipal, pois o iminente perigo público autoriza a utilização da propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano. **✓ CERTA**

Por que está certa: Inciso XXV: no iminente perigo público, a autoridade pode usar a propriedade particular, com indenização ulterior se houver dano.

B) A Constituição equipara, para fins de proteção, propriedade e casa, não admitindo o uso temporário de propriedade particular. **✗ ERRADA**

Na lei: "A autoridade competente poderá usar de propriedade particular".

C) É autorizado o uso da propriedade, mas Joaquim fará jus à indenização decorrente do uso, mesmo não ocorrendo dano à propriedade. **✗ ERRADA**

Na lei: Indenização ulterior somente "se houver dano".

D) A Constituição somente autoriza o uso de propriedade particular pelo poder público no período diurno. **✗ ERRADA**

Na lei: O inciso XXV não traz restrição de horário; "durante o dia" é regra do inciso XI (casa).

E) É permitido o uso da propriedade, e diante da situação emergencial não há a previsão de indenizabilidade ulterior. **✗ ERRADA**

Na lei: É "assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

XXV · Requisição administrativa

VUNESP 2022 · Biólogo · Pref. Campinas — Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da existência de dano. ✗ ERRADA

Na lei: A indenização ulterior é assegurada "se houver dano".

VUNESP 2022 · Assistente Administrativo · UNESP — De acordo com o que disciplina a Carta Magna, sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

A) O direito de propriedade é garantido pela Constituição, podendo a autoridade competente, no caso de iminente perigo público, usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. ✓ CERTA

Por que está certa: Incisos XXII e XXV: iminente perigo público, "assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

VUNESP 2021 · Procurador do Município · Pref. V Paulista — Entre os Direitos e Garantias Fundamentais, a Constituição Federal assegura que

E) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. ✓ CERTA

Por que está certa: Reprodução literal do inciso XXV.

VUNESP 2020 · Analista Legislativo · CM Mogi Mirim — A Constituição Federal, ao garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade, estabelece que

C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. ✓ CERTA

Por que está certa: Reprodução literal do inciso XXV.

XXV · Requisição administrativa

VUNESP 2019 · Procurador Jurídico · UNIFAI — Estão entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, nos termos da Constituição Federal,

D) que no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, a título de pagamento pelo tempo de utilização. ✗ ERRADA

Na lei: "Assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

VUNESP 2019 · Agente Fiscal Tributário · Pref. Campinas — Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior. ✗ ERRADA

Na lei: "Assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

VUNESP 2019 · Agente de Controle Interno · Pref. Campinas — A partir do quanto previsto no texto da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta corretamente texto constitucional relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos.

A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá se utilizar de propriedade particular assegurando-se ao proprietário indenização prévia pela utilização de sua propriedade. ✗ ERRADA

Na lei: "Assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

VUNESP 2019 · Agente Fiscal Tributário · Pref. F.co Morato — A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado ao proprietário o direito à prévia e justa indenização. ✗ ERRADA

Na lei: "Assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

XXV · Requisição administrativa

VUNESP 2019 · Delegação de Notas e Registro · TJAL — Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada a indenização prévia. ✗ ERRADA

Na lei: "Assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

VUNESP 2019 · Analista de Gestão Pública · Pref. GRU — Segundo a disciplina prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 acerca da propriedade, assinale a alternativa correta.

B) Não há a previsão de hipótese de utilização da propriedade particular pelo poder público. ✗ ERRADA

Na lei: "No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular".

E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não havendo previsão de indenização ao proprietário ✗ ERRADA

Na lei: "Assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

VUNESP 2018 · Assessor Jurídico · Pref. SBC — A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que

A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. ✓ CERTA

Por que está certa: Reprodução literal do inciso XXV: indenização ulterior, se houver dano.

VUNESP 2016 · Analista · AMLURB SP — Considerando o que estabelece a Constituição Federal a respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar que

C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não cabendo, neste caso, qualquer tipo de indenização ao proprietário, mesmo se houver dano. ✗ ERRADA

Na lei: É "assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXVI · Pequena propriedade rural

> **XXVI** - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVI · Pequena propriedade rural

VUNESP 2024 · Fiscal Tributário · Pref. Aparecida (SP) — Considere que Maria e José vivem em união estável e são proprietários de uma pequena propriedade rural, que eles utilizam como meio de sustento, plantando feijão, milho e acerola para subsistência. Visando aumentar os lucros, eles foram até o Banco X e fizeram um empréstimo com o fim de modernizar a produção, no entanto, não conseguiram pagar as primeiras seis parcelas. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

A) caso Maria e José não disponham de outro bem, poderá ser penhorada a propriedade rural para o pagamento da dívida. ✗ ERRADA

Na lei: A pequena propriedade rural trabalhada pela família "não será objeto de penhora".

B) como Maria e José não são casados, a eles não é assegurada a garantia da impenhorabilidade da pequena propriedade rural. ✗ ERRADA

Na lei: O requisito é ser "trabalhada pela família", não o casamento.

C) a propriedade rural de Maria e José apenas não será penhorada para o pagamento da dívida com o Banco X se comprovarem que possuem algum filho com menos de 18 anos. ✗ ERRADA

Na lei: A lei exige apenas que seja "trabalhada pela família".

D) a propriedade rural de Maria e José não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. ✓ CERTA

Por que está certa: Inciso XXVI: a pequena propriedade rural trabalhada pela família não será penhorada por débitos de sua atividade produtiva.

E) Maria e José somente terão a propriedade rural penhorada para o pagamento da dívida após o inadimplemento de, pelo menos, 12 parcelas do empréstimo. ✗ ERRADA

Na lei: A impenhorabilidade não tem número de parcelas: "não será objeto de penhora".

XXVI · Pequena propriedade rural

VUNESP 2022 · Auxiliar de Necropsia · PC RR — Considere que José é solteiro, tem no interior do Estado de Roraima uma pequena propriedade rural na qual ele mesmo planta feijão, milho e caju para revender e daí retirar sua subsistência. Para começar a plantar, ele precisou realizar um empréstimo no Banco X de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mas, como as vendas estão menores do que o esperado, José não adimpliu nenhuma das parcelas. Diante do inadimplemento, o Banco X pediu a penhora do único bem de José, a propriedade rural. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

B) já que a dívida é menor do que R$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais, o Banco X não pode pedir a penhora da propriedade. ✗ ERRADA

Na lei: O inciso XXVI não fixa valor: a pequena propriedade rural "não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva".

C) como José não tem família, sua propriedade é penhorável. ✗ ERRADA

Atenção ao gabarito: A letra exige "desde que trabalhada pela família"; a banca entendeu que o trabalho do próprio José basta.

D) já que a dívida é maior do que R$ 20.000,00 (vinte mil reais), o Banco X pode penhorar o bem imóvel. ✗ ERRADA

Na lei: O inciso XXVI não fixa valor: a pequena propriedade rural "não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva".

E) a propriedade de José não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. ✓ CERTA

Atenção ao gabarito: Gabarito oficial, mas a letra condiciona a impenhorabilidade a "desde que trabalhada pela família", e José é solteiro e trabalha sozinho.

XXVI · Pequena propriedade rural

VUNESP 2022 · Assistente Administrativo · UNESP — De acordo com o que disciplina a Carta Magna, sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

B) A pequena propriedade rural, assim definida por Regulamento, ainda que trabalhada pela família, será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. **✗ ERRADA**

Na lei: A pequena propriedade rural, "assim definida em lei", trabalhada pela família, "não será objeto de penhora".

VUNESP 2020 · Analista Legislativo · CM Mogi Mirim — A Constituição Federal, ao garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade, estabelece que

D) a pequena propriedade rural somente será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. **✗ ERRADA**

Na lei: A pequena propriedade rural trabalhada pela família "não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva".

VUNESP 2019 · Procurador Legislativo · CM Tatuí — Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, listados no art. 5º da Constituição Federal, está previsto que

D) a pequena e média propriedade rural, definidas em lei e trabalhadas pela família ou por meeiros, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, e seu desenvolvimento será financiado pelo poder público. **✗ ERRADA**

Na lei: Só "a pequena propriedade rural", "trabalhada pela família", "dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento".

E) a pequena propriedade rural, definida em lei e trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, se o seu desenvolvimento for financiado pelo poder público. **✗ ERRADA**

Na lei: "Não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva".

XXVI · Pequena propriedade rural

VUNESP 2019 · Delegação de Notas e Registro · TJAL — Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

B) a pequena propriedade rural, assim definida pelo Município, não será objeto de penhora para pagamento de débitos. ✗ ERRADA

Na lei: "Assim definida em lei, desde que trabalhada pela família", e só por débitos "decorrentes de sua atividade produtiva".

VUNESP 2019 · Analista de Gestão Pública · Pref. GRU — Segundo a disciplina prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 acerca da propriedade, assinale a alternativa correta.

C) Não há a proteção da pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela família, com relação à penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. ✗ ERRADA

Na lei: A pequena propriedade rural trabalhada pela família "não será objeto de penhora" por esses débitos.

VUNESP 2016 · Assistente Legislativo · CM Registro — Acerca dos Direitos Fundamentais, é correto afirmar que

C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar seu desenvolvimento. ✓ CERTA

Por que está certa: Reprodução literal do inciso XXVI.

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXVII · Direito autoral

> **XXVII** - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVII · Direito autoral

VUNESP 2026 · Assistente Técnico Administrativo · UNESP — Marcos é assistente técnico administrativo e atua em projetos ligados à área de pesquisa. Com o objetivo de otimizar seu trabalho, ele tem recorrido, de forma constante, ao uso de aplicativos de inteligência artificial, por meio dos quais obtém referências bibliográficas e dados pessoais de terceiros a serem empregados nas pesquisas e nos relatórios que elabora. Mariana, pesquisadora responsável pelo projeto, pondera que, embora o uso de novas ferramentas deva ser fomentado, é necessário cuidado quanto ao respeito ao direito de propriedade intelectual, por se tratar de direito com previsão constitucional. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, Mariana pode advertir Marcos corretamente que

A) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. **✓ CERTA**

Por que está certa: Inciso XXVII, literal: direito exclusivo dos autores, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

B) a extração de dados pessoais de plataformas de inteligência artificial retira a possibilidade de responsabilização por violação a direitos autorais. **✗ ERRADA**

Na lei: Aos autores pertence o "direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução" de suas obras.

D) apenas as obras escritas estão abarcadas pela proteção intelectual prevista na Constituição Federal, motivo pelo qual o uso de imagens e outros símbolos criados por inteligência artificial pode ser empregado nas pesquisas. **✗ ERRADA**

Na lei: O inciso XXVII protege "suas obras" em geral, sem restringir às escritas.

VUNESP 2025 · Analista de Promotoria · MPSP — Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

D) Aos autores, pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. **✓ CERTA**

Por que está certa: Inciso XXVII, literal: direito exclusivo dos autores, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

XXVII · Direito autoral

VUNESP 2023 · Delegação de Notas e Registro · TJAL — Segundo o texto da Constituição Federal, é garantido(a)

D) aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. **✓ CERTA**

Por que está certa: Inciso XXVII, literal: direito exclusivo dos autores, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

VUNESP 2021 · Delegação de Notas e Registro · TJ GO — Considerando o disposto na Magna Carta brasileira no tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que

A) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, direito este transmissível aos herdeiros e insuscetível de limitação temporal pela lei. **✗ ERRADA**

Na lei: O direito é transmissível aos herdeiros "pelo tempo que a lei fixar".

VUNESP 2019 · Procurador Legislativo · CM Tatuí — Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, listados no art. 5º da Constituição Federal, está previsto que

A) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo período de 10 (dez) anos. **✗ ERRADA**

Na lei: Transmissível aos herdeiros "pelo tempo que a lei fixar".

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXVIII · Obras coletivas, imagem e voz

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXVIII, a) · Participações em obras coletivas; imagem e voz

> **XXVIII** - são assegurados, nos termos da lei:
>
> **a)** a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

XXVIII, a) · Participações em obras coletivas; imagem e voz

COMO A VUNESP COBROU

VUNESP 2025 · Auxiliar Operacional · UNESP — A respeito do regime constitucional de proteção a dados pessoais, à imagem e voz humanas, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

D) não se aplica a dados e imagens relacionados a eventos desportivos. ✗ ERRADA

Na lei: Alínea a: proteção à reprodução da imagem e voz humanas, “inclusive nas atividades desportivas”.

E) os dados pessoais, a imagem e a voz humana, por determinação constitucional, devem ser publicizados de forma gratuita, quando estiverem relacionados à divulgação de conhecimento científico. ✗ ERRADA

Na lei: A CF assegura “a proteção” à reprodução da imagem e voz humanas, não sua divulgação gratuita.

LETRA DA LEI · CF/88, ART. 5º

XXVIII, b) · Fiscalização do aproveitamento econômico das obras

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXVIII, b) · Fiscalização do aproveitamento econômico das obras

COMO A VUNESP COBROU

VUNESP 2018 · Procurador Jurídico · Pref. Buritizal — No capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, da Constituição Federal, está assegurado (a), nos termos da lei,

D) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores. ✓ CERTA

Por que está certa: Alínea b do inciso XXVIII: direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras aos criadores.